A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL

THE LEGAL NATURE OF INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS

Paulo Augusto da Silva¹

Resumo: A natureza jurídica dos direitos de propriedade intelectual tem movimentado a doutrina e atualmente admite-se que se tratam de direito de propriedade *sui generis*. No entanto, a discussão não está pronta e acabada, e assim, o presente artigo apresenta uma abordagem sobre o tema buscando contribuir com o assunto. Faz-se uma digressão histórica analisando as legislações e as diferentes posições doutrinárias com base nos trabalhos de João da Gama Cerqueira e José Roberto d’Affonseca Gusmão. Faz-se também uma breve menção à produção intelectual realizada pela inteligência artificial. Ao fim, faz-se uma discussão sobre a imaterialidade dos direitos de propriedade intelectual e conclui-se, como contribuição ao debate, que a materialização dos direitos de propriedade intelectual detém natureza de uma espécie de direitos reais.

Palavras-chave: Propriedade intelectual. Direitos imateriais. Propriedade *sui generis*. Direito das coisas. Direitos reais.

Abstract: The legal nature of intellectual property rights has stirred up the doctrine and it is currently accepted that they are *sui generis* property rights. However, the discussion is not finished and thus, this article presents an approach to the subject seeking to contribute to the subject. A historical digression is made, analyzing the legislation and the different doctrinal positions based on the works of João da Gama Cerqueira and José Roberto d’Affonseca Gusmão. A brief mention is also made of the intellectual production carried out by artificial intelligence. Finally, a discussion is made about the immateriality of intellectual property rights and it is concluded, as a contribution to the debate, that the materialization of intellectual property rights has the nature of a type of real property law.

Keywords: Intellectual property. Intangible rights. *Sui generis* property. Property law. Real property law.

Introdução

Não é nova a discussão sobre a natureza jurídica dos direitos de propriedade intelectual. A doutrina tem se debruçado sobre o tema, sem, no entanto, a discussão ter sido esgotada. O presente artigo traz à baila a questão, com base especialmente no estudo de João da Gama Cerqueira e José Roberto d’Affonseca Gusmão.

A discussão é relevante pois a natureza jurídica dos direitos de propriedade demonstram o seu regime jurídico. Ademais, os institutos desses direitos, tais como: direitos de autor, marca,

¹Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente (2022). Mestrado em andamento pela FADISP São Paulo. E-mail: pauloalpha@gmail.com

patentes de invenções e modelo de utilidade, etc., são caros para o desenvolvimento social e do próprio Estado.

A controvérsia que permeia o tema não é recente, vem de longa data, e há fatores que determinam a dificuldade de se demonstrar a real natureza desses direitos. O legislador não contribui significativamente para o tema. A doutrina aponta soluções que são úteis para um instituto específico, mas que não abrange a extensão dos outros institutos.

Há a incidência de aspectos pessoais, patrimoniais, imateriais que incrementam a discussão. A análise sistemática de tais aspectos e institutos tem demonstrado que a busca pela natureza jurídica dos direitos de propriedade está longe de acabar.

Houveram inegáveis avanços e contribuições significativas da doutrina para o tema da propriedade intelectual, que é rico, por suas próprias características.

O presente artigo perpassa pelas principais disposições legislativas e pela evolução doutrinária, chegando ao momento atual, cuja parcela significativa da doutrina entende os direitos de propriedade intelectual como direitos de propriedade *sui generis*.

1 Análise das Constituições e Legislação Especial

A Constituição do Império dizia em seu artigo 179, XXVI: “Os inventores terão a propriedade das suas descobertas, ou das suas produções. A Lei lhes assegurará um privilégio exclusivo temporário, ou lhes remunerará em ressarcimento da perda, que hajam de sofrer pela vulgarização”².

Há um silêncio sobre os outros institutos de direito de propriedade imaterial, entretanto, ela indica que os direitos de invenção seriam objetos do direito de propriedade. Além da inteligibilidade do artigo retromencionado, no *caput* do mesmo artigo, o legislador o inseriu no ramo dos direitos de propriedade³.

A Constituição de 1891 reconhece expressamente o direito de propriedade sobre as marcas de fábrica. Quanto às obras literárias e artísticas ela menciona o direito exclusivo de reprodução. Com relação aos direitos de invenção, menciona que eles pertencerão aos inventores⁴.

²Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

³A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁴Artigo 72, §§ 27, 26, 25 respectivamente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

Revista Jurídica [http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista Jurídica/v.25, n.1, jan.-jun. 2025.](http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista_Jurídica/v.25_n.1_jan.-jun.2025) – p.76-95 DOI: <https://Doi.org/10.29248/2236-5788.2025.v.1-p.76-95>

Nota-se um avanço em relação à Constituição anterior, tendo previsão sobre a marca e os direitos de autor. Entretanto, não há maior esclarecimento sobre o tema. No entanto, verifica-se uma inclinação da natureza jurídica como sendo de direitos de propriedade, levando em consideração o *caput* do artigo 72⁵.

A Constituição de 1934 segue a mesma linha da anterior, inclusive com relação ao *caput*, também inserindo os institutos de direito de propriedade intelectual na vereda dos direitos de propriedade. Há uma novidade, contudo, pois ela menciona o uso do nome comercial⁶.

Constata-se uma tímida evolução no sentido de positivar os institutos de direito de propriedade intelectual, sem, todavia, preocupar-se com a natureza jurídica de tais institutos. É verdade, como dito alhures, que há uma inclinação para os direitos de propriedade, baseando-se numa análise minimamente topográfica.

Já na Constituição de 1937 há uma mudança brusca, uma vez que não há mínima indicação quanto à natureza jurídica dos direitos de propriedade intelectual, tendo em vista que somente são mencionados como pertencentes a competência legislativa exclusiva da União⁷.

Diferentemente das três Constituições anteriores, ela não prevê os direitos de propriedade intelectual na declaração dos direitos e garantias individuais.

A Constituição de 1967 retorna ao *status quo ante* com relação à Constituição de 1934, recolocando os direitos de propriedade intelectual na declaração dos direitos e garantias individuais. A previsão, todavia, é uma reprodução *ipsis litteris* do previsto na CF de 1934⁸.

A Constituição de 1988 manteve os direitos de propriedade intelectual no rol dos direitos e garantias fundamentais. Malgrado não apontar a natureza jurídica, demonstra a mesma inclinação das anteriores aos dispô-los como direitos de propriedade.

Já quanto à legislação especial, a Lei n.º 9.279/96 regula direitos e obrigações referentes à propriedade industrial. Ela indica os direitos de propriedade industrial como inerentes aos direitos de propriedade, no entanto, os classificam como bens móveis, artigo 5º, L. n.º 9.279/96⁹.

⁵A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 02 dez 2023.

⁶Artigo 113, *caput*, 18, 19, 20. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁷Artigo 16, XX e XXI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁸Artigo 141, §§ 17,18,19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁹Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 03 dez. 2023.

Ao que parece resolver quanto à natureza jurídica de um lado, de outro incrementa a discussão ao classificar os direitos de propriedade industrial como bens móveis. É tarefa hercúlea visualizar a apropriação ou um furto de uma marca, *v.g.*

A Lei n.º 9.610/98 que regulamenta os direitos de autor também os considera como bens móveis, em seu artigo 3º. Ela não indica qual seria a natureza jurídica dos direitos de autor. Entretanto, ainda que de maneira singela, os considera como pertencentes à propriedade imaterial¹⁰.

Há uma gama de leis tratando do tema, mas assim como as Constituições citadas, elas não são uniformes e não pacificam o tema em questão. É verdade que a preocupação do legislador não é essa, restando apenas previstos os institutos na lei.

Nesse sentido, cabe à doutrina buscar sistematizar a matéria e determinar qual a natureza jurídica de seu conteúdo.

2 Análise Doutrinária e Teorias Correlatas

A doutrina tem se debruçado sobre o tema e várias posições e teorias foram aventadas. Algumas dividiram-se entre a clássica preposição romana de direitos: pessoais, obrigacionais e reais. Outras buscaram a criação de uma nova classe de direitos. Vejamos a seguir.

2.1 Direitos pessoais

Diversos autores consideram os direitos de propriedade intelectual como direitos de personalidade (Kant, Bluntschli, Neustetel). Outros consideram como o direito sobre a própria pessoa (Lange, Ortlof, Dahn). A análise recai, precipuamente, sobre os direitos de autor. Dessa forma, eles são considerados como parte integrante da personalidade, sendo a própria extensão da mesma¹¹.

Os direitos de autor até podem eventualmente assumir um caráter patrimonial, mas de maneira acessória. A faculdade exclusiva de reprodução, *p. ex.*, não detém necessariamente um caráter patrimonial, tendo em vista que o autor pode exercê-la sem o fito econômico¹².

Entende-se que assiste ao autor o direito de conservar em segredo sua obra ou divulgá-la, como melhor lhe convier, não sendo limitado pelo tempo, estando fora do alcance dos

¹⁰Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm. Acesso em: 03 dez. 2023.

¹¹CERQUEIRA, João G., Tratado de Direito de Propriedade Industrial, *Revista Forense*, Rio de Janeiro, 1946, p. 60.

¹²CERQUEIRA, 1946, p. 61.

Revista Jurídica http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista_Jurídica/v.25_n.1_jan.-jun.2025. – p.76-95 DOI: <https://Doi.org/10.29248/2236-5788.2025.v.1-p.76-95>

credores, razão pela qual demonstra-se um direito estritamente pessoal¹³.

Como alerta Gama Cerqueira, é inegável a existência de conteúdo patrimonial nos direitos de autor e também da existência de direitos não patrimoniais que competem ao autor. A controvérsia reside na dificuldade em se determinar uma natureza jurídica que agasalhe todos os institutos de direito de propriedade intelectual de modo sistemático¹⁴.

Sustentar a pessoalidade dos direitos de autor, mesmo que haja controvérsia, detém certo sentido. Sentido esse que não alcança os inventos industriais, especificamente quanto ao dito direito de paternidade.

É precisa a assertiva de Gama Cerqueira ao demonstrar o matiz da patrimonialidade nos direitos de autor. Os direitos pessoais inerentes ao autor são os chamados direitos morais do autor previstos na Lei n.º 9.610/98, artigo 24¹⁵.

2.2 Direito pessoal-patrimonial de Piola Casseli

Diante da inegável pessoalidade e patrimonialidade dos direitos do autor, Piola Casseli desenvolveu uma tese intermediária buscando englobar tais direitos, que de per se, são diametralmente distintos.

Segundo ele, há duas fases do mesmo direito, pessoal-patrimonial. A fase originária é puramente pessoal, que o autor detém o absoluto poder de manter em segredo sua obra ou então divulgá-la. Ulteriormente, com fulcro na faculdade exclusiva de reprodução a obra se reveste de patrimonialidade, não sendo, contudo, direitos diferentes, mas sim, fases diferentes de um mesmo direito que detém um caráter misto¹⁶.

É certo que a teoria de Piola Casseli não se afasta dos mesmos problemas da teoria dos direitos pessoais, mesmo que, diversamente, reconheça a patrimonialidade de tais direitos. Seus argumentos não prosperam frente a necessária análise sistemática dos institutos de direito de propriedade intelectual. É verdade que é preciso reconhecer sua contribuição na busca pela natureza jurídica dos direitos em comento.

2.3 Direito obrigacional

Para essa corrente de pensamento, os direitos de autor seriam uma proteção que a lei

¹³CERQUEIRA, 1946, p. 61.

¹⁴CERQUEIRA, 1946, p. 61.

¹⁵CERQUEIRA, 1946, p. 67 e lei n.º 9.610/98. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 03 dez. 2023.

¹⁶CERQUEIRA, 1946, p. 63.

Revista Jurídica [http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista Jurídica/v.25, n.1, jan.-jun. 2025.](http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista_Jurídica/v.25_n.1_jan.-jun.2025) – p.76-95 DOI: <https://Doi.org/10.29248/2236-5788.2025.v.1-p.76-95>

confere para o autor com base em um contrato entre a sociedade e o autor. É um privilégio do autor que a sociedade escolhe remunerá-lo por sua criação.

É uma superação da antiga concessão de privilégio do monarca frente aos seus súditos. Desta feita, o privilégio é concedido pela sociedade com base em um contrato tácito.

Gama Cerqueira critica essa teoria apontando seu artificialismo, qual seja, ela não explica a natureza jurídica dos direitos de autor, apenas reconhece a proteção legal que lhe é oferecida. Ele diz que os direitos de autor preexistem à proteção legislativa¹⁷.

Há também a teoria da obrigação *ex delicto*, obrigação negativa, que a lei protege contra a reprodução indevida, dispondo uma conduta proibida, punindo o transgressor que viola os direitos do autor, como a citada reprodução. Além de punir, a lei obriga o agente a reparar o dano causado.

Em que pese a teoria não explicar a natureza jurídica dos direitos de propriedade intelectual, o direito obrigacional não fica alijado de tais direitos, uma vez que, as ações de obrigação de fazer ou não fazer são frequentes na defesa dos direitos de propriedade intelectual.

2.4 Teoria dos direitos intelectuais de Picard

Edmond Picard inovou ao criar uma nova categoria para os direitos de propriedade intelectual ao considerar a abrupta diferença entre uma coisa material e uma intelectual. Como o direito de propriedade abarca somente as coisas materiais, os direitos intelectuais figurariam em uma nova categoria de direitos.

Não há relação, não há assimilação possível entre uma coisa material, uma "res" (no sentido comum do termo), e uma coisa intelectual. Suas naturezas são diametralmente opostas...Se a diferença entre os direitos materiais e os direitos intelectuais escapou aos Romanos, isso ocorreu porque os direitos sobre as produções artísticas e literárias, para não mencionar outros, não eram de seu tempo. Já tivemos a ocasião de afirmar essa verdade (em 1877) em um estudo consagrado ao Projeto de lei belga sobre as marcas de fábrica. Dizíamos, então: 'A legislação romana quase não se ocupou das produções intelectuais, e é por isso que os direitos relativos a estas faltaram nas classificações daquela'. Apenas nos tempos modernos começou-se a distinguir esses direitos e, pelo hábito da velha divisão, incluíram-nos em um de seus três termos, qual seja, os direitos reais. Como a manifestação mais usual deste era a propriedade, qualificou-se como propriedade o direito novo que se começava a vislumbrar; entretanto, logo surgiram inconvenientes e contradições de todo tipo; pois, na realidade, nada é mais diferente do que uma coisa material comparada a uma coisa intelectual, e é fácil entender que uma teoria jurídica que tende a equiparar as duas deverá enfrentar muitos obstáculos.¹⁸

¹⁷CERQUEIRA, 1946, p. 56,57

¹⁸GUSMÃO, José R. D. A. A natureza jurídica do direito de propriedade intelectual. São Paulo, p. 6,7. *Revista Jurídica* [http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista Jurídica/v.25, n.1, jan.-jun. 2025.](http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista_Jurídica/v.25_n.1_jan.-jun.2025) – p.76-95 DOI: <https://Doi.org/10.29248/2236-5788.2025.v.1-p.76-95>

Gama Cerqueira e José Gusmão criticam essa teoria, pois, segundo eles, o autor confunde o objeto com a sua origem. Noutras palavras, não quer dizer que pelo fato originário de o direito ser intelectual seu objeto reproduzido também o será. Em realidade, o objeto sempre será exteriorizado em uma coisa, física, fática, e não intelectual, pela absoluta impropriedade do meio¹⁹.

É verdade, de fato, que os direitos intelectuais detêm caracteres peculiares que não se enquadram *ipso facto* aos direitos de propriedade. Essa faceta sensível dos direitos de propriedade intelectual que justamente incrementa a discussão sobre a sua natureza jurídica. Mas, se de uma banda, a teoria de Picard não merece prosperar, de outra, sua discussão não pode ser ignorada.

Não é de balde mencionar que uma marca, como um signo distintivo, pode não ser a expressão de uma criação intelectual, como no mais das vezes não o é. Usualmente, escolhe-se um signo já existente e passa-se a usá-lo como forma distintiva, função marcária propriamente dita.

2.5 Teoria dos direitos imateriais de Kholer

J. Kholer também espousa a ideia de uma nova categoria de direitos, os direitos imateriais. Ele diz que o fundamento da propriedade imaterial recai sobre sua criação. Ao se destacar da mente criativa repousa sobre ela a propriedade imaterial, e não a propriedade clássica, como sustentam alguns. A consumação criativa é um veículo para os direitos de propriedade imaterial.

A propriedade imaterial dos direitos imateriais é facilmente visualizada na tutela de proteção do autor em face de uma reprodução fraudulenta, *p.ex.* Nesse jaez, o autor busca abrigo numa ação de contrafação e não numa reivindicatória, demonstrando assim um espectro bem definido do direito de propriedade imaterial.

A proteção recai sobre a faculdade exclusiva de reprodução e não sobre o objeto em si. Mais: há um caráter temporário desses direitos, pois devido a própria natureza deles, com o decurso do tempo, são abandonados frente ao interesse da coletividade²⁰.

É interessantíssima a abordagem de Kholer, galgando passos consideráveis rumo à elucubração da taxinomia dos direitos de propriedade imaterial. É certo que a marca, com sua

¹⁹GUSMÃO, p. 7.

²⁰GUSMÃO, p. 8.

característica de se protrair no tempo, inviabiliza o fundamento da temporariedade dos direitos, malgrado o seu objeto de tutela ser realmente diferente do direito de propriedade *tout court*.

2.6 Teoria do monopólio de Remo Franceschelli.

Franceschelli analisa o caráter funcional dos direitos de propriedade intelectual e pondera que eles são demonstrados por dois elementos principais: o direito de realizar e explorar economicamente e o direito de impedir a reprodução de terceiros que tenham adquirido o objeto do autor.

Ele analisa a questão econômica dos direitos de propriedade intelectual e faz uma crítica bastante eloquente, ao não inseri-los no direito de propriedade, porque esse direito não explica a proibição da reprodução do objeto adquirido pelo comprador²¹.

É justamente a peculiaridade mencionada alhures que denota o matiz incomum da propriedade intelectual. É salutar a crítica de Franceschelli, pois, notadamente, os direitos de propriedade intelectual não se enquadram harmoniosamente nos direitos de propriedade.

2.7 Direitos de propriedade

Como tem sido expressado ao longo do artigo, os direitos de propriedade intelectual são majoritariamente considerados como pertencentes à senda dos direitos de propriedade.

Alguns o consideram como direito de propriedade *tout court*, como Gama Cerqueira²². Jean Mousseron entende-o como uma forma particular do direito de propriedade²³. Paul Roubier e sua teoria do direito de clientela, classifica-o como uma terceira categoria dentre os direitos de propriedade: reais, de crédito e de clientela²⁴.

Paul Mathély se vale da expressão valor ao invés de coisa buscando adequar a dicotomia entre coisa corpórea e incorpórea. José Gusmão conclui o direito de propriedade como um direito de propriedade *sui generis*²⁵.

Allöis Troller em sua teoria dos direitos de propriedade imaterial cunha o epíteto direito de propriedade intelectual como sendo a exata expressão de tal direito. Dentre outras coisas, ele pondera que os direitos são intelectuais independentemente de seu emprego ou fixação

²¹GUSMÃO, p. 13,14.

²²GUSMÃO, p. 16 (66).

²³GUSMÃO, p. 17,18 (73).

²⁴GUSMÃO, p. 10 (44).

²⁵GUSMÃO, p. 32.

corpórea²⁶.

2.7.1 Direito de propriedade *sui generis*

José Gusmão leva em consideração a tipificação penal como determinante para a natureza jurídica dos direitos de propriedade intelectual, direito de propriedade *sui generis*. Os crimes contra a propriedade imaterial estão dispostos no Título III – Dos crimes contra a propriedade imaterial e não no Título II – Dos crimes contra o patrimônio, do Código Penal Brasileiro.

Ele aduz que o uso fraudulento da marca não constitui crime de furto, mas sim contrafação. Ele demonstra que ao elencar o bem jurídico protegido em topografia diversa dos crimes de patrimônio, o legislador penal está alinhado com as peculiaridades do direito de propriedade intelectual²⁷.

José Gusmão também comenta sobre as ações possessórias no manejo dos direitos de propriedade intelectual. Ele diz que não há qualquer compatibilidade entre essas ações e a natureza jurídica dos direitos imateriais.

Comenta também sobre a mitigação do então direito absoluto sobre a marca. Pondera sobre as mitigações existentes, tais como: a caducidade, a territorialidade e a especialidade. Ele o faz contraponto do direito absoluto da propriedade, direito mais amplo dos direitos reais.

Ele conclui por afastar a adequação dos direitos de propriedade intelectual como propriedade *tout court*, pois a própria natureza dos direitos imateriais é deveras distinta do direito real de propriedade. Ele também afasta o epíteto intelectual, por entender que ele lembra mais uma característica do bem que seu regime jurídico.

3 A Inteligência Artificial e a Produção de Propriedade Intelectual

Buscando incrementar essa discussão, que já é bastante complexa, atualmente tem se discutido sobre a produção intelectual por parte da inteligência artificial. A produção por parte da IA já é uma realidade, mas como se daria a sua proteção, visto que o sistema se baseia no homem de carne e osso.

Há-se o caso de que o robô, utilizando de inteligência artificial, escaneia obras existentes para aprender o perfil do pintor. É o caso do projeto de Next Rembrandt.

²⁶GUSMÃO, p. 20 (76).

²⁷GUSMÃO, p. 31 (112,113).

3.1 *The Next Rembrandt* – projeto

O banco ING – Netherlands é conhecido por ser inovador e apoiar a arte e a cultura nos Países Baixos. Ele queria criar uma campanha publicitária inovadora e contratou a agência J. Walter Thompson Amsterdam para o projeto. Assim, foi escolhido o artista mais icônico do país, Rembrandt.

De início, a agência reuniu uma coleção de imagens de todas as pinturas do artista, 346 no total. Foram utilizadas imagens de alta resolução para então mapear as peculiaridades da pintura de Rembrandt. Foram analisados cerca de 400 rostos e os dados indicaram que a pintura, denominada *The Next Rembrandt*, deveria ser: de um homem branco, de 30 a 40 anos, usar chapéu, roupas pretas e ter o rosto voltado para a direita.

Adiante, foi desenvolvido um software juntamente com a Microsoft, para que ele pudesse compreender a técnica de Rembrandt. Foram mapeados mais de 67 pontos específicos dos 400 rostos mencionados, como olhos, nariz, boca e orelhas, especificamente a questão geométrica, qual seja: a distância entre eles e o tamanho de cada um.

Após mais de 6.000 marcos faciais, foi possível o computador criar um rosto com base no que foi apreendido das obras de Rembrandt. Depois de toda uma complexa operação de pintura em 2D, foi utilizada uma impressora 3D da Cannon de alta qualidade, para após 13 camadas de tinta especial UV, dar-se vida ao novo Rembrandt. A pintura foi exibida em 2016 e ganhou mais de 60 prêmios publicitários²⁸.

3.2 O robô e-David

Oliver Deussen e Thomas Lindemeier, pesquisadores da Universidade de Konstanz, Alemanha, desenvolveram o projeto e-David, um robô pintor que desde 2009 produz diversas pinturas em tela, com variedades de estilos e níveis de abstração.

O robô é um braço robótico industrial equipado com um pincel, com uma variação de 6 graus de liberdade de movimento, que aplica o pincel na tela em diferentes ângulos. Uma imagem é decantada por um software de IA demonstrando os caracteres especiais de geometria e perfil da obra. Na sequência o robô produz uma imagem com base nas informações pré-

²⁸The Next Rembrandt: bringing the Old Master back to life. *Dutch Digital Design*, 24 Jan de 2018. Disponível em: <https://medium.com/@DutchDigital/the-next-rembrandt-bringing-the-old-master-back-to-life-35dfb1653597>. Acesso em: 22 set 2024.

adquiridas.²⁹

3.3 O caso do robô inventor Dabus

Sthephen Thaler, um cientista da computação, estadunidense, criou um robô, Dabus, o qual o considera uma máquina da criatividade. Dabus é capaz de criar autonomamente por conta da comunicação entre seus trilhões de neurônios computacionais.

Dabus criou um recipiente ajustável para alimento e um farol de emergência. Por sua vez, Thaler fez pedidos de patentes internacionais tendo Dabus como inventor.

Naturalmente, seus pedidos foram negados, nos USA e Reino Unido. Contudo, em uma decisão inovadora, o juiz australiano Jonathan Beach reconheceu a patente de invenção a Dabus e Thaler figura como o requerente da patente, podendo assim auferir os efeitos patrimoniais.

É interessantíssimo o caso, uma vez que Dabus produz suas criações autonomamente, sem prévias orientações ou diretrizes estabelecidas por Thaler³⁰.

As invenções do robô Dabus – fazem parte de um projeto do professor de direito Ryan Abott, Universidade de Surrey – Guilford, Inglaterra, que promove a interseção entre a inteligência artificial e a lei. O citado projeto possui o nome The Artificial Inventor Project. Foram feitos pedidos de patentes a 17 países.

É interessante mencionar, que antes da decisão do Tribunal da Austrália, a Comissão de Empresas e Propriedade Intelectual da África do Sul, foi a primeira a conceder a patente para a Dabus, sendo a pioneira no mundo até então.

4 Do Direito Real de Propriedade Intelectual

Os bens dito imateriais, afeitos aos direitos de propriedade intelectual, para alguns, afastam a natureza jurídica como direito de propriedade *tout court*, pois esses direitos só tratam de bens materiais.

É salutar, de antemão, analisarmos a natureza jurídica dos bens imateriais, para então, após, buscarmos compreender a taxionomia dos direitos de propriedade intelectual, tendo em vista que, uma análise perpassa pelo bem em si, e outra, pela relação da pessoa com os bens

²⁹Robô e pintor e- David. Disponível em: <https://www.cgmi.uni-konstanz.de/forschung/e-david/>?. Acesso em: 22 set 2024.

³⁰Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/tribunal-australiano-decide-que-robos-podem-ser-inventores/>. Acesso em: 22 set 2024. Veja também - Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/379003/o-artista-robo-a-criatividade-nao-e-exclusiva-dos-humanos>. Acesso em: 22 set 2024.
Revista Jurídica http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista_Jurídica/v.25_n.1_jan.-jun.2025. – p.76-95 DOI: <https://Doi.org/10.29248/2236-5788.2025.v.1-p.76-95>

considerados.

4.1 Dos bens imateriais

A natureza dos bens tido como imateriais tem gerado bastante discussão na doutrina. Têm-se, via de regra, que os bens imateriais não são objeto do direito das coisas, pois esses, tratam apenas de bens materiais, ou coisa, propriamente dita.

Dessa forma, para alguns, os bens imateriais seriam uma matéria nova que escapou aos romanos, e, portanto, seria preciso criar uma nova categoria de direitos para acomodá-los.

É oportuno mencionar que os bens são determinados pela utilidade ou pela finalidade econômica. Ademais, bem é a coisa que proporciona utilidade ao homem, sendo suscetível de apropriação. Ainda, os bens corpóreos podem ser tocados pelo homem, *res quae tangi possunt*.

É preciso levar em conta que a natureza jurídica do bem é considerada precipuamente pela utilidade e proveito econômico, ainda que, a sua natureza física, isoladamente considerada, em realidade seja imaterial. Noutras palavras, a natureza jurídica não está adstrita a natureza das coisas.

Pensemos no exemplo de uma residência, bem imóvel. Compõe o bem imóvel o subsolo e também o espaço aéreo correspondente³¹, atendendo a utilidade e proveito econômico, sendo guiado pela função social da propriedade.

Note, o espaço aéreo - ar, é naturalmente imaterial, não se pode tocar ou se apropriar dele, mas ele integra o bem imóvel e é considerado coisa material. Pensemos em outro exemplo: o cilindro de oxigênio.

O ar, como vimos é imaterial, mas, a capa cilíndrica que o reveste é coisa material. A utilidade do oxigênio revestido pelo cilindro indica que a sua natureza é, indubitavelmente, de coisa material. É, portanto, bem móvel.

A energia elétrica é captada por condutores materiais, como fios elétricos, malgrado seja imaterial. Entretanto, ela é considerada bem móvel, tendo inclusive eventual subtração prevista no código repressivo, artigo 155³².

Os eucaliptos são tidos como bens móveis por antecipação. Uma janela retirada de uma

³¹Vide a teoria do abuso de direito.

³²BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 15 maio 2025. *Revista Jurídica* [http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista Jurídica/v.25, n.1, jan.-jun. 2025.](http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista_Jurídica/v.25_n.1_jan.-jun.2025) – p.76-95 DOI: <https://Doi.org/10.29248/2236-5788.2025.v.1-p.76-95>

residência para reforma, enquanto destacada da edificação, é considerada bem imóvel³³. Os aviões e as embarcações são bens imóveis.

Esses simples exemplos demonstram que a natureza jurídica da coisa é influenciada por sua utilidade, por seu proveito econômico. A natureza física não resta empecilho para tanto.

Os bens de propriedade intelectual não podem ser apropriados pelo homem, mas, nem por isso, deixam de ser considerados bens. São, é verdade, imateriais, porque assim atendem a utilidade e o proveito econômico, lembrando que ainda são orientados pelo desenvolvimento científico, cultural, social e econômico da sociedade.

Como vimos, os bens de propriedade intelectual são imateriais independentemente de seu emprego ou fixação corpórea. Há que vincar, entretanto, que a fixação corpórea ou sua manifestação é imprescindível para a utilidade e o proveito econômico dos bens imateriais.

Assim, o bem intelectual precisa ser expressado, manifestado, para que possa ser percebido pelos sentidos do homem. Não se trata de uma debilidade do bem em si, mas de uma necessidade, falibilidade humana.

É o caso, por exemplo, de um invento industrial que traz benefícios a indústria e melhora a vida das pessoas em geral. O invento não perde a sua imaterialidade pela fixação corpórea, é verdade. No entanto, sem ela não se vislumbra os benefícios mencionados.

Nesse rumo, os bens imateriais andam juntos com os materiais, ainda que com eles não se confundam. É justamente por isso que a marca não pode ser furtada, malgrado possa ser objeto de contrafação. Ela repousa sobre um bem material, mas com ele não se funde, mantendo a sua natureza imaterial, *corpus mysticum* e *corpus mechanicum*.

Assim o é pela sua utilidade, por seu proveito econômico, pela especialidade da matéria com a qual ela pertence. A crítica de Fransceschelli sobre a propriedade não explicar a impossibilidade da reprodução é pertinente e traz luz ao estudo³⁴.

A vedação da reprodução, ao contrário, não demonstra a natureza do bem imaterial. *Data venia*, José Gusmão erra ao ilustrar a crítica de Fransceschelli com o exemplo do terreno que não pode ser reproduzido. O terreno, não se reproduz por absoluta impossibilidade³⁵. Não sendo, assim, comparação idônea com uma obra que é possível a reprodução.

A reprodução é sim possível, no exemplo do livro adquirido pelo comprador, caso ela

³³Artigo 81, II, Código Civil. BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

³⁴GUSMÃO, p. 15 (63).

³⁵GUSMÃO, p. 15,16 (65).

fosse objeto do contrato de compra e venda. Em realidade, a vedação da reprodução tem o viés de impedir sua comercialização. Não se olvida de que a reprodução inócua não é defesa pelo direito.

Nesse jaez, a impossibilidade de reprodução não diz respeito a natureza do bem imaterial, mas sim do objeto do contrato. O comerciante vende o livro, propriedade material que contém a propriedade intelectual. Essa não está à venda, pois o comerciante não detém propriedade/posse sobre ela.

Ele aliena aquilo que lhe é útil e possível. Não obstante, a reprodução poderia ser feita caso fosse objeto do contrato. Nesse caso, a cópia atenderia a utilidade e o proveito econômico e nem por isso macularia a natureza imaterial da propriedade intelectual.

Como foi dito, a obra intelectual, imaterial por sua natureza, é útil quando é manifestada, como quando repousa em uma coisa corpórea³⁶, *p. ex.*, mesmo que com ela não se confunda. Há duas coisas jungidas embora distintas, cuja fusão é imprescindível para sua utilidade.

A depender do caso, o comerciante pode ser proprietário do bem material e do bem imaterial concomitantemente. É o caso, *v.g.*, do fabricante de automóveis de determinada marca. Ele comercializa automóveis e neles estão empregados sua marca. Caso lhe convenha, pode alienar tanto o automóvel quanto à marca, não sendo a imaterialidade dela empecilho para tanto.

Mesmo a contrafação não macula o bem imaterial, do contrário, o reafirma e ratifica sua função distintiva. O tipo penal busca proteger a exploração indevida da marca, cujo detentor a tem por exclusiva. O consumidor que adquire um produto contrafeito, tem consciência disso, embora o adquira por conta da marca que ostenta.

Ele poderia escolher um produto original de uma marca menos conhecida, mas o que ele busca é justamente o conteúdo imaterial da marca, conquanto ela repouse em um produto contrafeito. Mesmo que o produto oriundo da marca quista não seja originariamente fabricado pelo proprietário dela, o que importa ao consumidor é tê-la ostentada.

Voltemos ao caso do cilindro de oxigênio. Este é naturalmente um bem imaterial, contudo, ao ser revestido pela capa cilíndrica é tido como bem material, e, assim, comercializado. O oxigênio continua sendo imaterial, malgrado a junção à capa cilíndrica, e continuará sendo ulteriormente, até que seja consumido por completo.

³⁶Uma palestra oralmente produzida ou uma música cantada antes de ser gravada, são exemplos de direitos imateriais que não repousam em um suporte fático. Todavia, não há óbice quanto à proteção dos direitos reais quanto a essa imaterialidade, vide o exemplo do penhor de bens imateriais. Sem embargos, esses são exemplos, *s.m.j.*, excepcionais.

O bem de propriedade intelectual é semelhante ao exemplo narrado, ainda que resguarde suas peculiaridades. A propriedade intelectual que recai sobre uma obra escrita, a invenção que recai sobre uma máquina industrial, a marca que recai sobre um produto de consumo, enfim, junte-se em um bem material, mantendo sua imaterialidade.

São, em realidade, dois bens de natureza distintas que coexistem, sem, entretanto, alterarem sua taxionomia. Ocorre que, uma obra ao ser comercializada, via de regra, comercializa-se somente o suporte fático, o bem material, o livro, *v.g.*, muito embora o bem de propriedade intelectual esteja ali fixado.

O consumidor que adquiriu o livro, comprou apenas o suporte fático. O bem de propriedade intelectual que ali está fixado é de propriedade de seu criador, via de regra. Desse modo, a propriedade intelectual continua coexistindo e incidindo sobre a propriedade do bem material, livro, portanto, demonstra sua natureza de direito real, ou seja, um direito real de propriedade intelectual.

Aquele que detém a propriedade sobre o livro, não pode reproduzi-lo, pois não adquiriu a propriedade intelectual. Nota-se que, a impossibilidade de reprodução decorre por conta do objeto do contrato em si, e não por conta da natureza do bem intelectual. Ela poderia ser reproduzida, se a propriedade intelectual tivesse sido alienada conjuntamente.

Não é defesa a alienação do bem de propriedade intelectual, mas esse não é um objeto implícito do contrato. Uma montadora de automóveis, que detém a propriedade intelectual da marca, que recai sobre um suporte fático (o desenho da marca), que por sua vez, recai sobre um automóvel, tem, via de regra, a propriedade intelectual e material.

Ao comercializar seu veículo, aliena apenas o bem material, carro, e não o bem imaterial, a marca, em que pese ela esteja fixada e continue incidindo sobre a coisa. Ao não alienar a marca, ela, então, empregada no suporte fático, mantém a influência sobre a propriedade do bem material.

A diferença entre o exemplo do cilindro de oxigênio é que este é, via de regra, num contrato de venda e compra, por exemplo, alienado tanto o bem imaterial (oxigênio), quanto o bem material (capa cilíndrica). Diversamente do caso comum de alienação da junção bem intelectual e bem material.

O oxigênio contido no revestimento cilíndrico continua sendo imaterial, não sendo a junção com o bem material capaz de alterar a sua natureza. Assim o é também no caso da propriedade intelectual que recai sobre um bem material. A diferença, nesse sentido, então, é

que além de coexistirem bens de natureza distintas, também se há a coexistência de propriedades distintas.

O bem intelectual é de propriedade de seu criador e a obra adquirida, bem material, é de propriedade de seu comprador. Como o bem intelectual não foi objeto do contrato de venda e compra do livro, a propriedade intelectual permanece recaindo sobre a propriedade, demonstrando assim a sua natureza de direito real.

Ao se verificar o rol dos direitos reais do artigo 1225, Código Civil, verifica-se que, todos sem exceção recaem sobre a propriedade. O direito real de hipoteca, *p. ex.*, incide sobre a propriedade de bem imóvel. Ela, todavia, é imaterial, assim como os demais.

É verdade que os direitos reais precisam estar no rol taxativo do artigo mencionado. Contudo, não se pode olvidar que o direito não pode desprezar a realidade fática. Ademais, a taxatividade mencionada não é empecilho para o reconhecimento de novos direitos reais, malgrado a não previsão expressa, como é o caso do direito real de laje³⁷.

É certo que os direitos de propriedade intelectual são orientados precipuamente pelo Estado, em face de interesses estritamente individuais. No entanto, é inegável que a incidência da propriedade intelectual sobre o suporte fático, livro, *v.g.*, é o mesmo dos direitos reais, pois atua sobre a propriedade alheia, limitando-a em face de seu proprietário/possuidor.

5 Considerações finais

Como visto exaustivamente ao longo do trabalho, a natureza jurídica dos direitos de propriedade intelectual são alvo de grande controvérsia. O legislador empresta pouca clarificação sobre o tema, restando à doutrina o mister de indicar a sua natureza jurídica.

A dificuldade repousa não só na matéria em si, mas numa análise sistemática, demonstrando uma natureza aliada a todos os institutos que permeiam a plêiade dos direitos de propriedade intelectual. Além disso, há inegáveis aspectos pessoais, patrimoniais e imateriais que tornam a tarefa ainda mais hercúlea.

A doutrina moderna apresenta a natureza jurídica dos direitos imateriais como sendo direito de propriedade *sui generis*. Tal conclusão já demonstra que a busca pela natureza jurídica ainda não está pronta e acabada, malgrado o inegável avanço ao longo dos anos.

Os caracteres peculiares da propriedade intelectual continuam desafiando a doutrina e

³⁷Primeiro foi reconhecida judicialmente e após foi criada lei própria e inserida no rol do artigo 1225 do Código Civil Brasileiro.

os amantes da matéria, a cada vez mais, buscar uma compreensão mais ajustada e refinada de seus institutos, tão caros para a sociedade e para o próprio Estado.

Além de toda complexidade afeita a matéria da propriedade intelectual, a inteligência artificial traz um colorido para a inquieta discussão em comento. A produção intelectual de robôs autônomos descortina situação até então não prevista e discutida. Todavia, tal situação é uma realidade que desafia os institutos tradicionais do direito de propriedade intelectual.

A inteligência artificial desafia o Direito como um todo e não somente a matéria atinente ao direito de propriedade intelectual. Notadamente, o Direito não pode ignorar a realidade, ainda mais no tempo de grandes avanços tecnológicos. Nesse sentido, ele deverá se adequar a essa realidade, lidando com situações até então não vivenciadas.

É nítido que a inteligência artificial tem capacidade criativa, demovendo um dogma da propriedade intelectual de que a criação seria obra do engenho humano. É evidente que a própria Inteligência artificial é obra do engenho humano em si, todavia, a partir de sua criação ela se desenvolve de maneira inesperada e suas criações são exclusivas de sua própria obra.

Negar a criação da inteligência artificial é negar a própria realidade. Assim, por ora, a impossibilidade da inteligência artificial está para usufruir de suas criações, não podendo, até o momento, ser considerada sujeito de direitos. Todavia, *mutatis mutandis*, não é inverossímil vislumbrar que isso um dia também será uma realidade.

Vimos que a natureza jurídica dos bens é determinada precipuamente pela utilidade e proveito econômico, não sendo predominante a natureza física deles. Ao se analisar os direitos tido como imateriais, vimos diversos exemplos de que eles, ao serem jungidos aos bens materiais, acabam por serem considerados como estes.

Dessa forma, sem embargos, esvazia-se essa discussão de que os direitos imateriais são uma nova classe de direitos, uma vez que a propriedade não recai somente sobre bens corpóreos, fisicamente considerados. No caso, os direitos de propriedade intelectual permanecem como imateriais, isoladamente considerados.

Vimos que os direitos de propriedade intelectual são imateriais, independentemente de sua fixação corpórea. Contudo, com sua fixação em um suporte fático, a sua atuação é de uma espécie de direito real, uma vez que incide sobre a propriedade, podendo ser alheia, limitando-a, como é o caso da impossibilidade de reprodução de um livro adquirido ou um produto que ostente determinada marca, *p. ex.*

Nesse sentido, verifica-se que a discussão mais abalizada deve girar em torno da fixação corpórea de tais direitos imateriais, ou de quando são expressados e assim percebidos pelo

homem. Essa percepção é determinante uma vez que somente dessa forma eles poderão ser explorados, comercialmente ou não, e com isso poder contribuir com o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Referências

ABBOT, Ryann. **The Artificial Inventor Project**. Disponível em: artificialinventor.com. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 16 jul. 1934.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1969.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 10 nov. 1937.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1946.

BRASIL, **Constituição Política do Império do Brasil**, outorgada por Dom Pedro I em 25 mar. 1824.

BRASIL. **Lei nº 9.279/96, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.610/98, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998.

CERQUEIRA, João G., **Tratado de Direito de Propriedade Industrial**, *Revista Forense*, Rio de Janeiro, 1946.

GUSMÃO, José R. D. A. **A natureza jurídica do direito de propriedade intelectual**. São Paulo.

PICKETT – GROEN, Nicole. **The Next Rembrandt: bringing the Old Master back to life**. *Dutch Digital Design*, 24 Jan 2018. Disponível em: <https://medium.com/@DutchDigital/the-next-rembrandt-bringing-the-old-master-back-to-life-35dfb1653597>. Acesso em: 22 set. 2024.

TAUK, Caroline S. **O artista robô: a criatividade não é exclusiva dos humanos**. *Migalhas de Peso*. 21 Dez de 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/379003/o-artista-robo-a-criatividade-nao-e-exclusiva-dos-humanos>. Acesso em: 22 set. 2024.

UNIVERSITÄT KONSTANZ, **Painting robô e-David**. Fachbereich Informatik und Informationswissenschaft, Visual Computing, Research. Disponível em:

Revista Jurídica http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista_Jurídica/v.25_n.1_jan.-jun.2025. – p.76-95 DOI: <https://Doi.org/10.29248/2236-5788.2025.v.1-p.76-95>

<https://www.cgmi.uni-konstanz.de/forschung/e-david/?>. Acesso em: 22 set. 2024.

WODINSKY, Shoshana. **Tribunal australiano decide que robôs podem ser inventores.** *Giz br.* 02 Ago 2021. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/tribunal-australiano-decide-que-robos-podem-ser-inventores/>. Acesso em: 22 set .2024.